



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Sistema Bancário Português

Desenvolvimentos Recentes – 2.º trimestre de 2016

Redigido com informação disponível até 23 de setembro de 2016



- Sistema bancário português – Avaliação global
- Indicadores macroeconómicos e financeiros
- Sistema bancário português
 - Estrutura de balanço
 - Liquidez e financiamento
 - Qualidade dos ativos
 - Rendibilidade
 - Solvabilidade
- Medidas recentes com impacto sobre o sistema bancário



I. Estrutura de balanço

- O ativo total do sistema bancário continuou a reduzir-se no segundo trimestre de 2016, em linha com a tendência observada em trimestres anteriores.

II. Liquidez e financiamento

- O rácio de transformação e o *gap* comercial mantiveram-se estáveis.
- O financiamento obtido junto do Eurosistema manteve-se num nível semelhante ao do trimestre anterior.

III. Qualidade dos ativos

- O rácio de crédito em risco aumentou no segundo trimestre de 2016, refletindo fundamentalmente o aumento do crédito em risco no segmento das empresas não financeiras.

IV. Rendibilidade

- Apesar de marginalmente positiva, a rendibilidade do sistema bancário voltou a decrescer no primeiro semestre de 2016, em termos homólogos, devido, em grande medida, a uma redução substancial dos resultados com operações financeiras.
- A margem financeira aumentou face ao valor registado no primeiro semestre de 2015; esta variação foi compensada por um aumento de igual magnitude do fluxo de imparidades.

V. Solvabilidade

- Os níveis de solvabilidade mantiveram-se globalmente estáveis no segundo trimestre de 2016.



Taxa de crescimento do PIB – Volume, em %

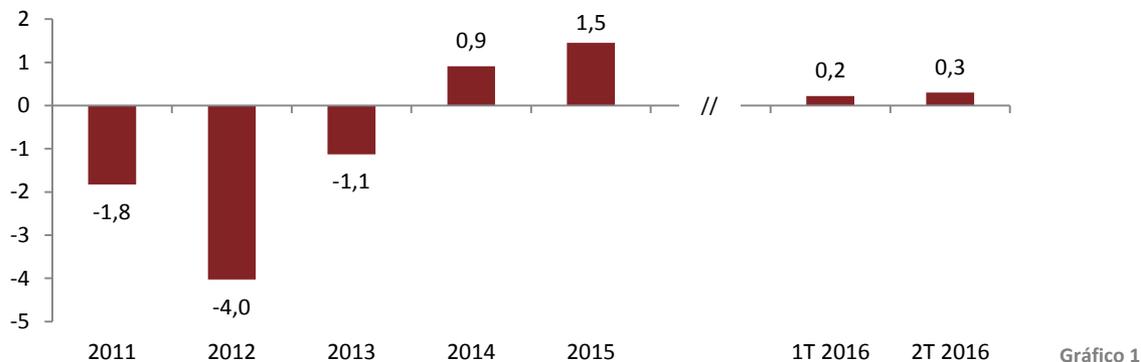


Gráfico 1

Nota: Os valores trimestrais correspondem a taxas de variação em cadeia. As estatísticas das Contas Nacionais e da Balança de Pagamentos apresentadas incorporam já as regras emanadas pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia (SEC 2010) e pelo Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (BPM6).

Balança corrente e de capital, em % do PIB

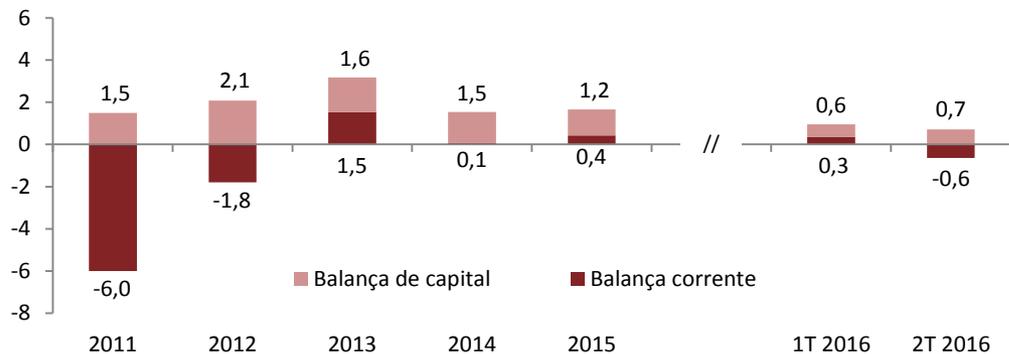


Gráfico 2

Nota: Os dados trimestrais encontram-se ajustados de sazonalidade.

▪ No segundo trimestre de 2016, o PIB registou uma taxa de variação em cadeia positiva, ligeiramente superior à do trimestre anterior.

▪ Em termos homólogos, o PIB cresceu 0,9%, à semelhança do primeiro trimestre de 2016.

▪ A balança corrente e de capital apresentou um decréscimo de aproximadamente 0,9 p.p. do PIB em relação ao primeiro trimestre de 2016, por via da diminuição da primeira componente, mantendo-se, ainda assim, em valores positivos.



Taxa de desemprego, em % da população ativa

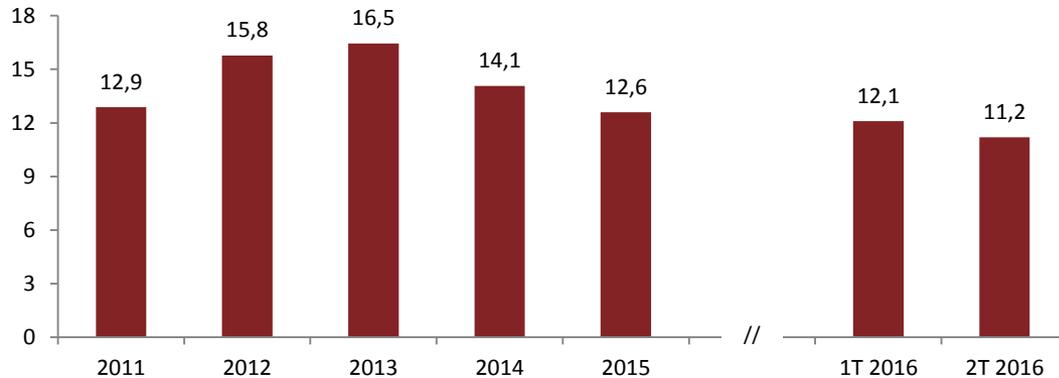


Gráfico 3

Saldo orçamental, em % do PIB

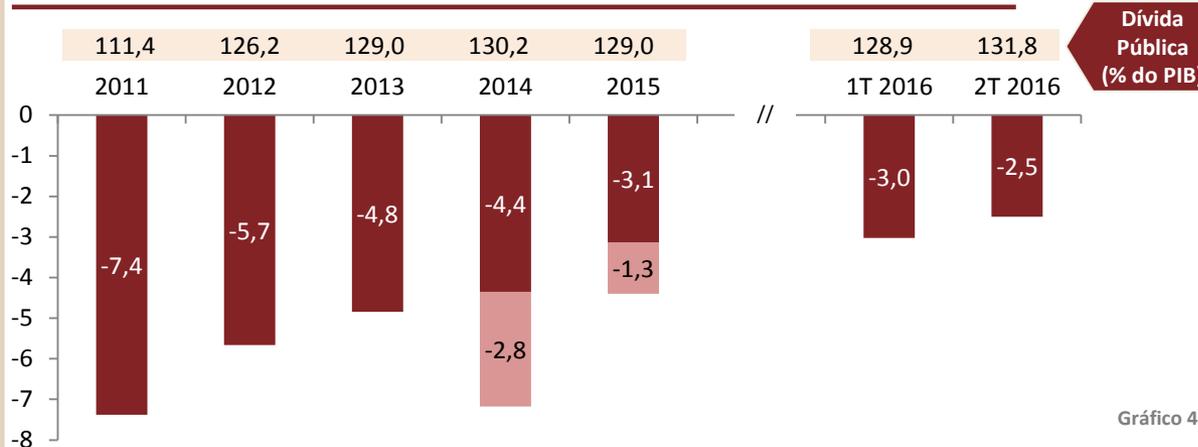


Gráfico 4

Nota: A taxa de desemprego corresponde à taxa de desemprego publicada pelo INE no mês central a cada trimestre. O défice orçamental de 2014 reflete a inclusão de 4,9 mil milhões de euros relacionados com a capitalização do Novo Banco como transferência de capital (-2,8% do PIB). O défice orçamental de 2015 reflete a inclusão de 2,3 mil milhões de euros como injeção de capital no contexto da resolução do Banif ocorrida no quarto trimestre de 2015 (-1,3% do PIB).

▪ A taxa de desemprego situou-se em 11,2% no segundo trimestre de 2016, diminuindo 0,9 p.p. face ao trimestre anterior.

▪ O rácio de dívida pública cifrou-se em 131,8% do PIB no final do segundo trimestre de 2016, o que configura um aumento de 2,9 p.p. do PIB face ao trimestre anterior. O mesmo indicador, líquido de depósitos da Administração Central, situou-se em cerca de 122% do PIB.



Capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento das sociedades não financeiras, em % do PIB

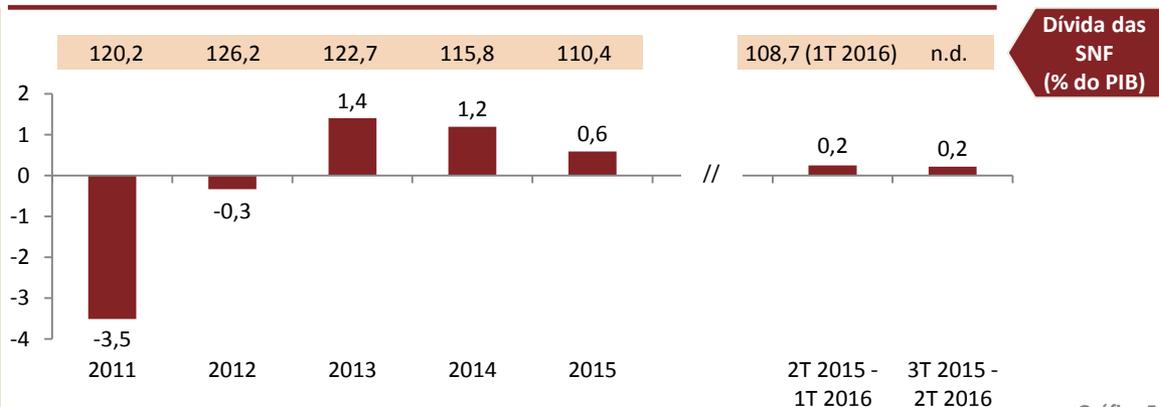


Gráfico 5

Capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento dos particulares, em % do PIB

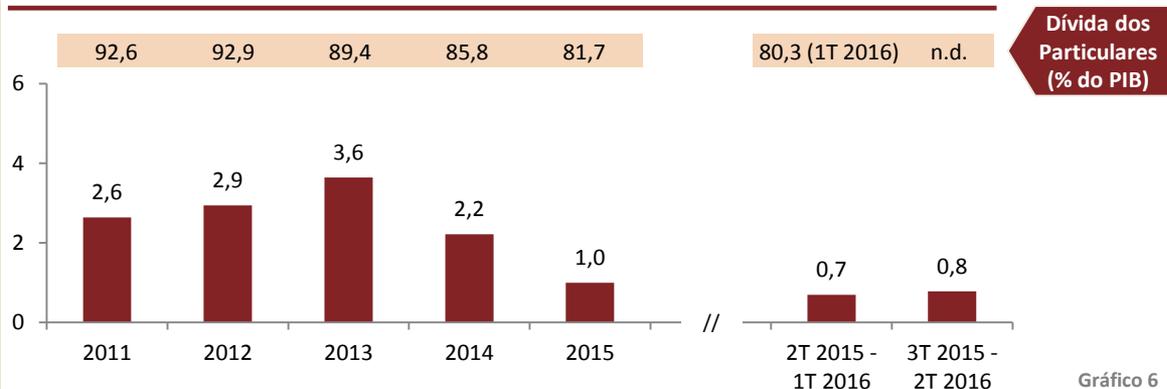


Gráfico 6

Nota: As Contas Nacionais por setor institucional foram revistas aquando da divulgação pelo INE das Contas do quarto trimestre de 2014. Estas revisões refletem as alterações introduzidas nas Contas Nacionais Anuais detalhadas para 2012 (resultados finais), com consequências nos anos seguintes.

▪ No final do primeiro trimestre de 2016, o endividamento das sociedades não financeiras cifrou-se em 108,7% do PIB, o que compara com 110,4% no final de 2015.

▪ A capacidade de financiamento deste setor foi de 0,2% do PIB no ano terminado no segundo trimestre de 2016, à semelhança do ano terminado no trimestre anterior.

▪ O endividamento dos particulares diminuiu no primeiro trimestre de 2016, para 80,3% do PIB, passando a representar, aproximadamente, menos 1,4 p.p. do PIB face ao final de 2015.

▪ No ano terminado no segundo trimestre de 2016, a capacidade de financiamento dos particulares cifrou-se em 0,8% do PIB, um valor próximo ao do ano terminado no primeiro trimestre de 2016.



Taxas de rendibilidade de dívida pública a 10 anos, em %

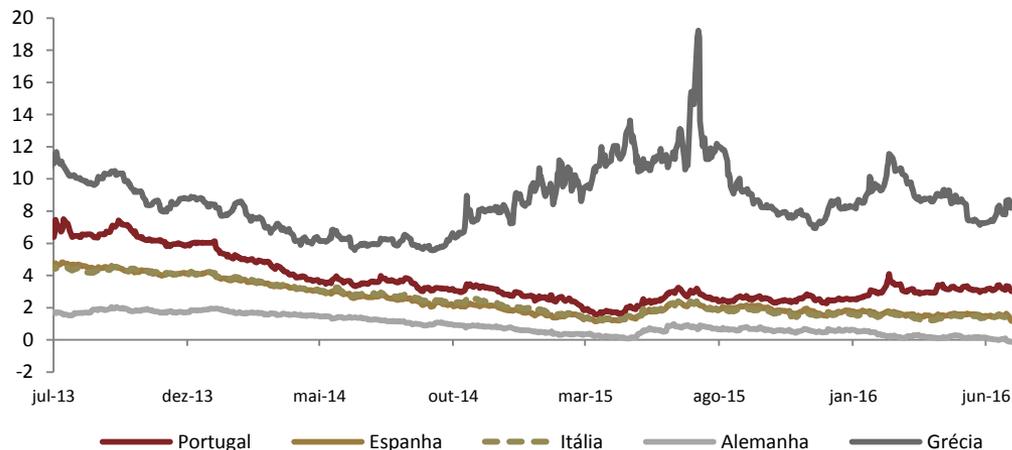


Gráfico 7

Taxas de juro do BCE, em %

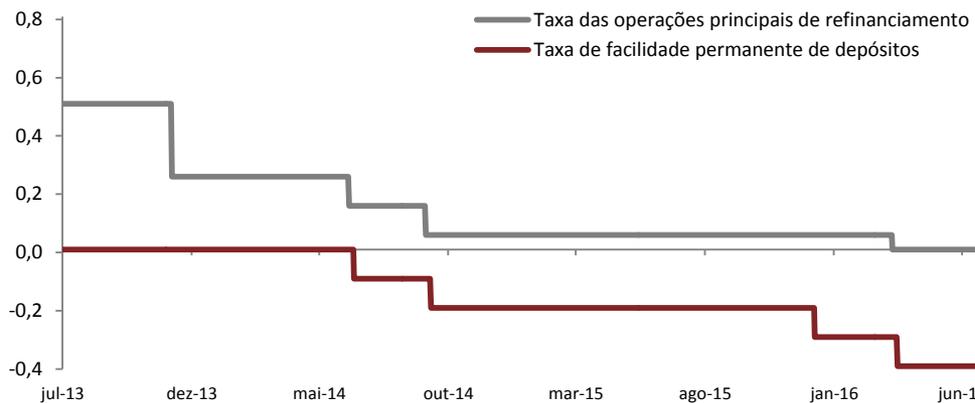


Gráfico 8

▪ A taxa de rendibilidade implícita (*yield*) da dívida pública portuguesa a 10 anos permaneceu relativamente estável no segundo trimestre de 2016, ligeiramente acima de 3%.

▪ As taxas de juro interbancárias continuaram a assumir valores negativos para todos os prazos, à semelhança do trimestre anterior, refletindo a manutenção da política monetária não convencional do BCE.

▪ As taxas de juro do BCE não sofreram alterações desde março: a taxa de facilidade permanente de depósitos manteve-se em -0,40%, a taxa das operações principais de refinanciamento em 0% e a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,25%.



Nota referente à informação contabilística e prudencial

Os dados do sistema bancário apresentam quebras de série decorrentes:

- Da medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo (BES) no terceiro trimestre de 2014. Em particular, os ativos/responsabilidades não transferidos para a situação patrimonial do Novo Banco (NB) não são considerados no agregado do sistema bancário a partir de agosto de 2014.

Na ausência de informação contabilística relativa ao BES em base consolidada, para o período compreendido entre 30 de junho de 2014 e o dia da aplicação da medida de resolução (balanço e demonstração de resultados “de fecho”), foi considerado o reporte do BES em base individual, com referência a 31 de julho de 2014, no apuramento dos resultados agregados do sistema bancário relativos ao terceiro trimestre de 2014. Contudo, não foram considerados os ajustamentos decorrentes da medida de resolução aplicada ao BES.

As variações das responsabilidades representadas por títulos de dívida e dos fundos próprios do sistema bancário, no quarto trimestre de 2015, foram também afetadas pela retransmissão, do Novo Banco para o BES, de cinco séries de emissões de instrumentos de dívida não subordinada, que tinham sido transferidas para o NB na sequência da Deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014;

- Da medida de resolução aplicada ao BANIF – Banco Internacional do Funchal (Banif) no quarto trimestre de 2015. Os ativos/responsabilidades transferidos para o veículo de gestão de ativos especialmente criado para o efeito – Oitante, S.A. – não são considerados no agregado do sistema bancário a partir de 20 de dezembro de 2015.

Na ausência de informação contabilística relativa ao Banif em base consolidada, para o período compreendido entre 30 de setembro de 2015 e o dia da aplicação da medida de resolução, no apuramento dos resultados agregados do sistema bancário relativos ao quarto trimestre de 2015 foi considerado o reporte do Banif em base individual, com referência a 30 de novembro de 2015 (demonstração de resultados “de fecho”). Contudo, não foram considerados os ajustamentos decorrentes da medida de resolução aplicada ao Banif.



Ativos (€mM) – Valor em final do período

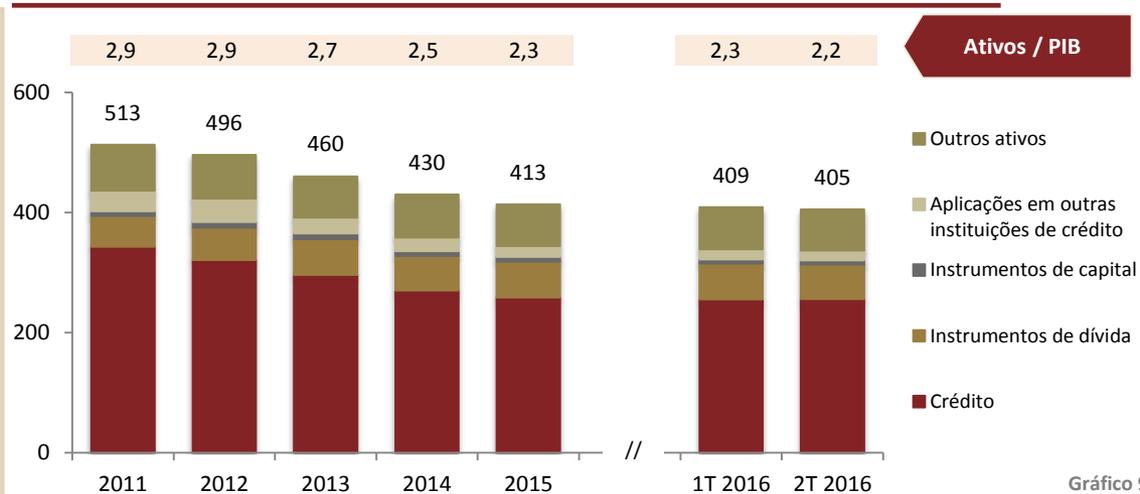


Gráfico 9

Estrutura de financiamento bancário (€mM) – Valor em final do período

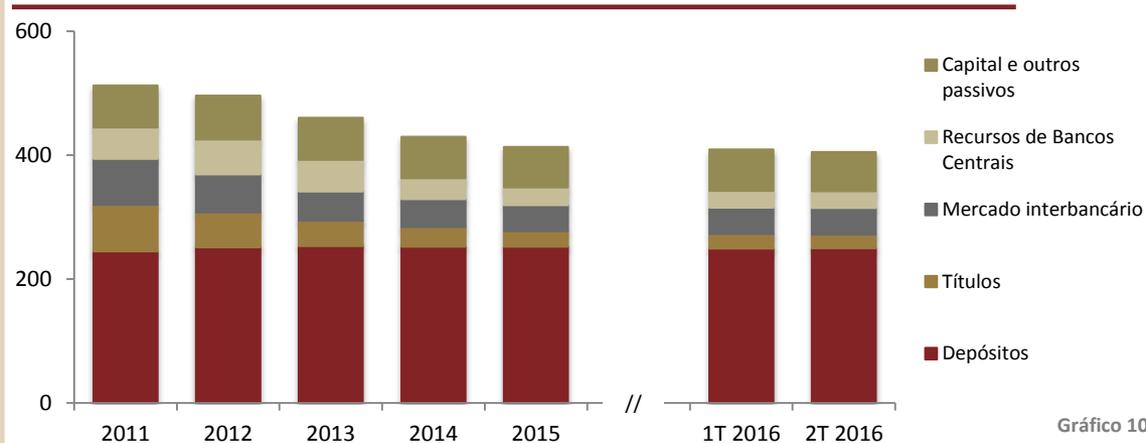


Gráfico 10

Fonte: Banco de Portugal

▪ O ativo total do sistema bancário manteve no segundo trimestre de 2016 a trajetória de redução gradual.

▪ A estrutura de financiamento do sistema bancário permaneceu virtualmente inalterada em relação ao primeiro trimestre do ano.

▪ A evolução da estrutura do balanço foi condicionada pela reclassificação de “ativos/passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” para as rubricas de crédito e depósitos.



Recursos de Bancos Centrais (€mM) – Valor em final de período

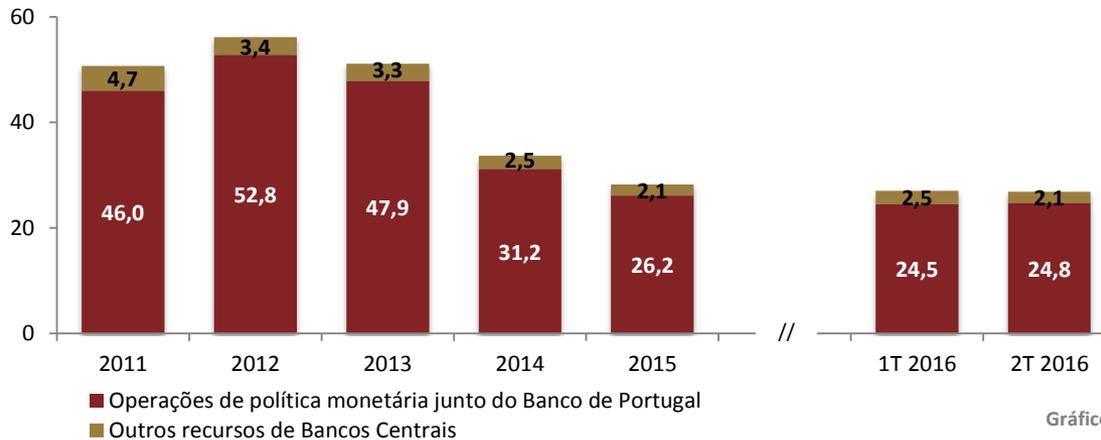


Gráfico 11

Rácio Crédito-Depósitos (%) – Valor em final de período

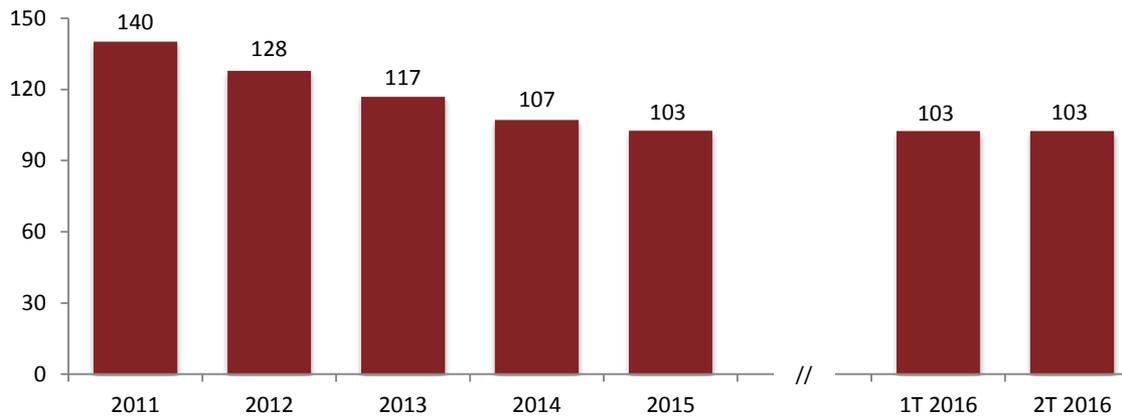


Gráfico 12

▪ No segundo trimestre de 2016, o recurso ao financiamento de bancos centrais permaneceu estável, representando 6,6% do total do ativo do sistema bancário.

▪ O rácio de transformação não se alterou no trimestre em análise.



Gap comercial (€mM) – Valor em final de período

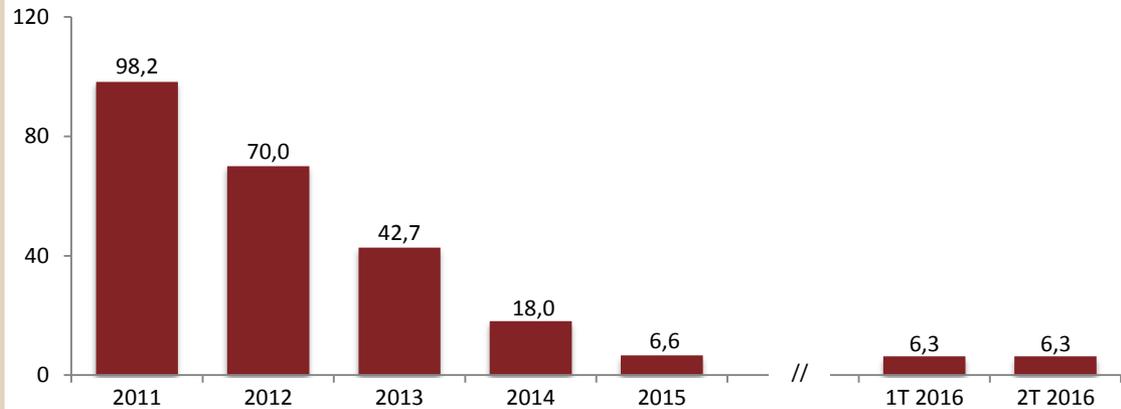


Gráfico 13

Gaps de liquidez das instituições domésticas em escalas cumulativas de maturidade em % de ativos estáveis – Valor em final de período

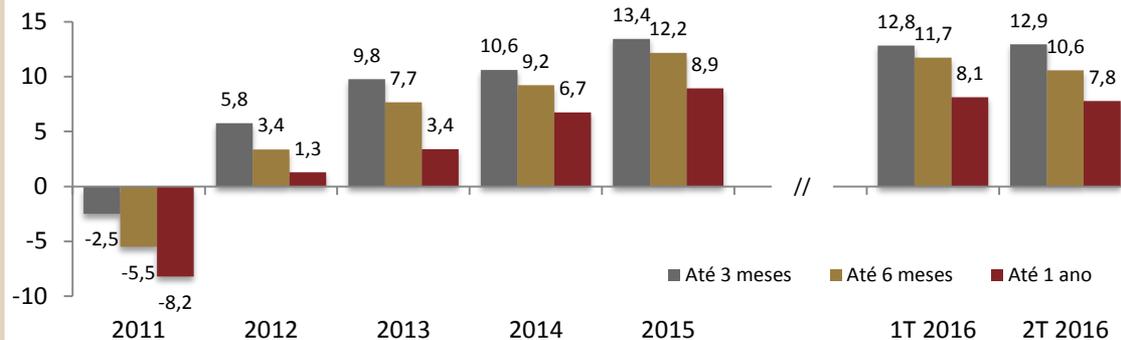


Gráfico 14

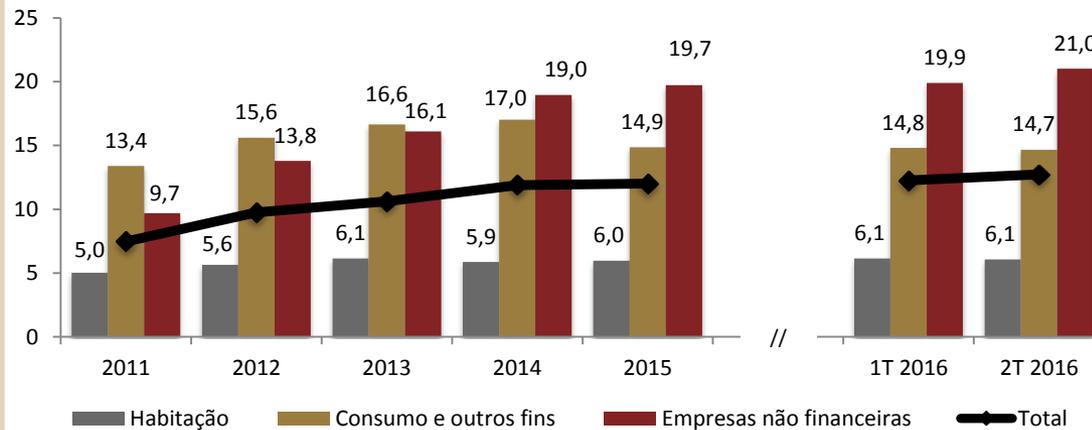
Nota: O *gap* de liquidez define-se como a diferença entre ativos líquidos e passivos voláteis em proporção da diferença entre ativo total e ativos líquidos, em cada escala cumulativa de maturidade residual. Um aumento neste indicador traduz uma melhoria da posição de liquidez.

▪ O *gap* comercial manteve-se em 6,3 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2016.

▪ Os *gaps* de liquidez das instituições domésticas permaneceram globalmente estáveis relativamente ao trimestre anterior e em níveis elevados.



Rácio de crédito em risco em % do crédito bruto – Valor em final de período



Imparidades para crédito em % do crédito bruto – Valor em final de período

Gráfico 15

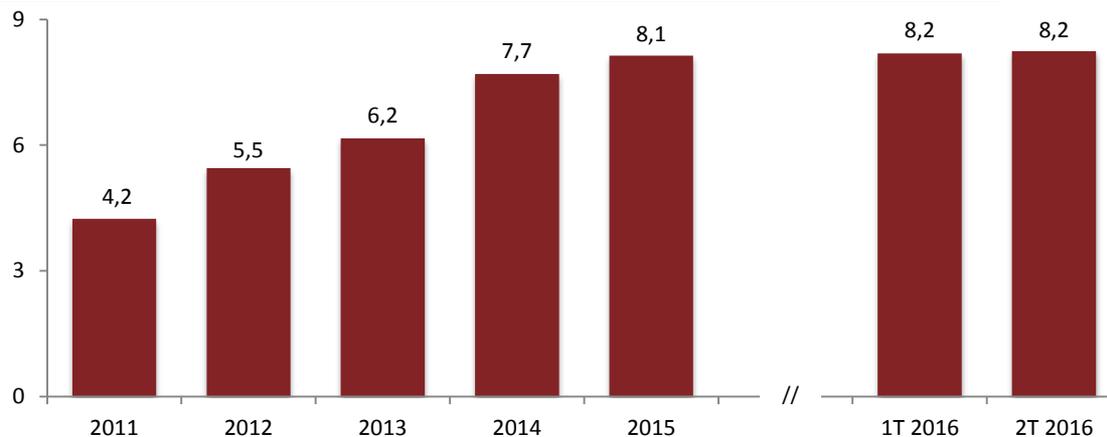


Gráfico 16

Fonte: Banco de Portugal

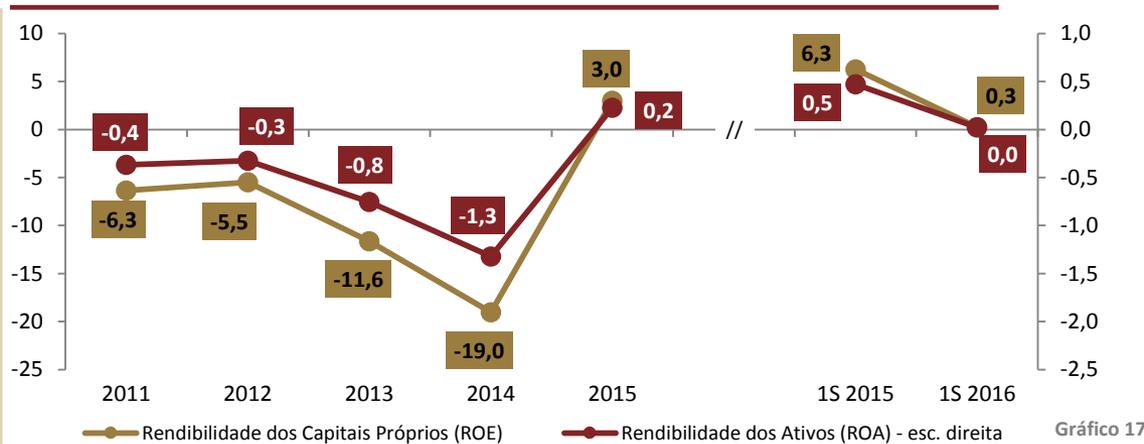
- No segundo trimestre de 2016, o rácio de crédito em risco aumentou 0,4 p.p. relativamente ao trimestre anterior, para 12,7%.

- Esta evolução reflete, essencialmente, o aumento do crédito em risco no segmento das empresas não financeiras.

- O stock de imparidades para crédito manteve-se em 8,2% do crédito bruto no segundo trimestre de 2016.

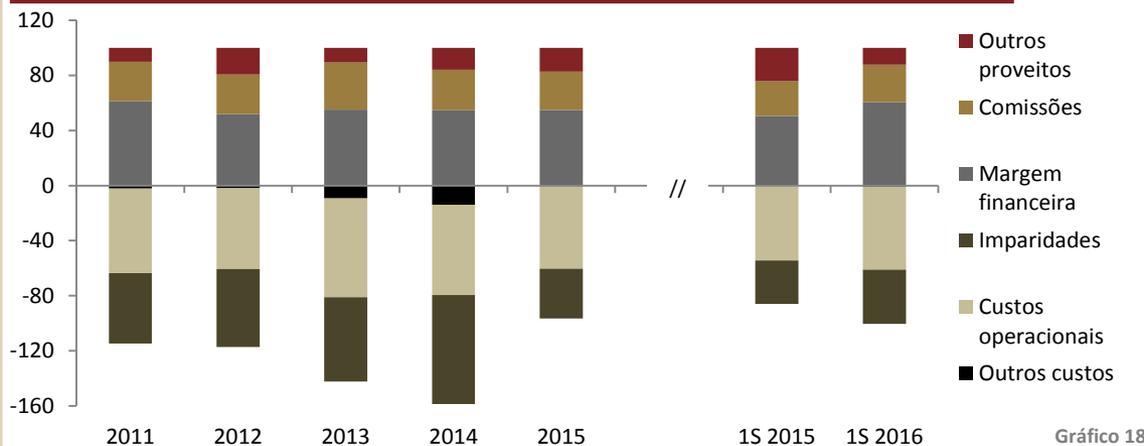


ROE e ROA (%) – Valor do período



Nota: A rendibilidade é medida pelos resultados antes de impostos e de interesses minoritários. Apresentam-se valores anualizados.

Custos e proveitos em % do produto bancário – Valor do período



- A rendibilidade dos capitais próprios e dos ativos foi marginalmente positiva no primeiro semestre de 2016. Ambos os indicadores sofreram uma quebra expressiva em termos homólogos.

- A evolução da rendibilidade no primeiro semestre de 2016, em relação ao período homólogo, continuou a ser determinada, principalmente, por uma redução substancial dos resultados em operações financeiras, que assumiram valores expressivos no primeiro semestre de 2015.

- A margem financeira aumentou relativamente ao primeiro semestre de 2015, em resultado de uma redução dos custos com juros superior à diminuição dos proveitos com juros.

- O fluxo de imparidades, em particular na carteira de participações financeiras, aumentou face ao primeiro semestre de 2015.



Cost-to-Income (%), Custos operacionais (€mM) – Valor do período

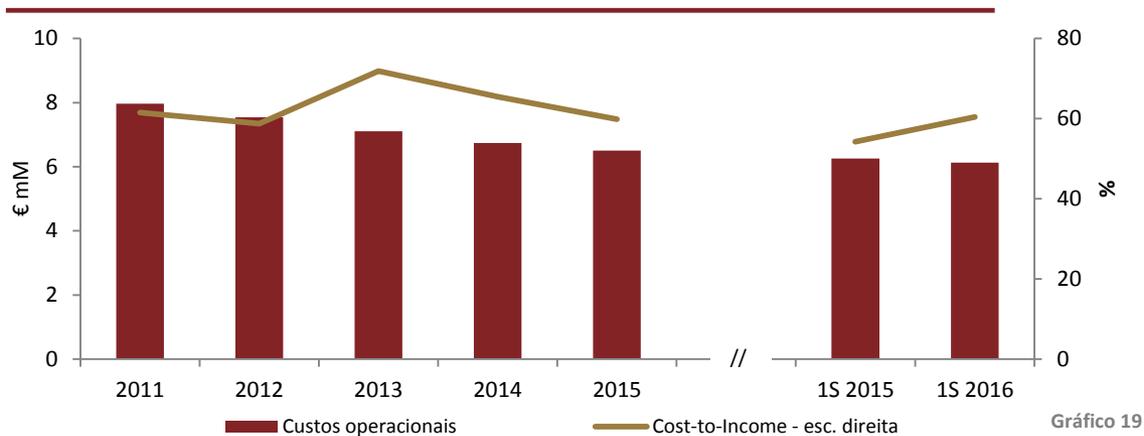


Gráfico 19

Taxas de juro bancárias (novas operações) – Valor médio do período (%)

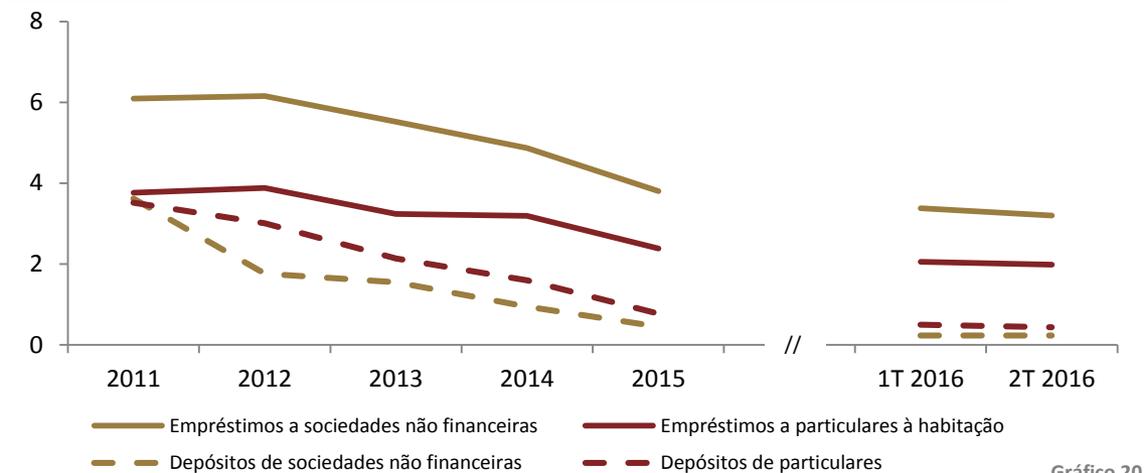


Gráfico 20

Fonte: Banco de Portugal

▪ Apesar de uma ligeira redução dos custos operacionais no primeiro semestre de 2016, o rácio *cost-to-income* aumentou face ao período homólogo, refletindo a quebra do produto bancário.

▪ As taxas de juro em novas operações mantiveram a tendência de queda no segundo trimestre de 2016, com exceção dos novos depósitos de sociedades não financeiras, que estabilizaram em relação ao trimestre anterior.

▪ Relativamente ao primeiro trimestre de 2016, as taxas de juro de novos empréstimos a particulares – habitação e a sociedades não financeiras diminuíram 7 e 18 pontos base, respetivamente.

▪ O custo dos novos depósitos diminuiu 6 pontos base no segmento dos particulares.



Capital Tier 1 sobre total do ativo – Valor em final de período (%)

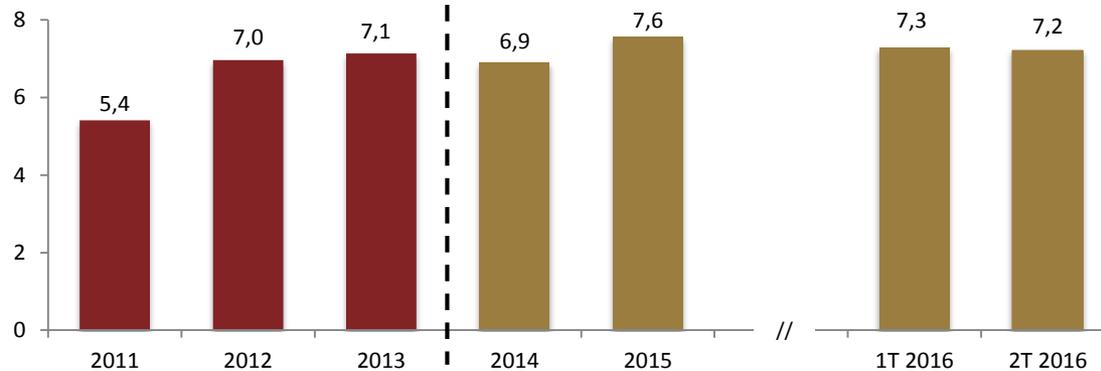


Gráfico 21

Rácio Core Tier 1 (até 2013) e Rácio CET 1 (a partir de 2014) – Valor em final de período (%)

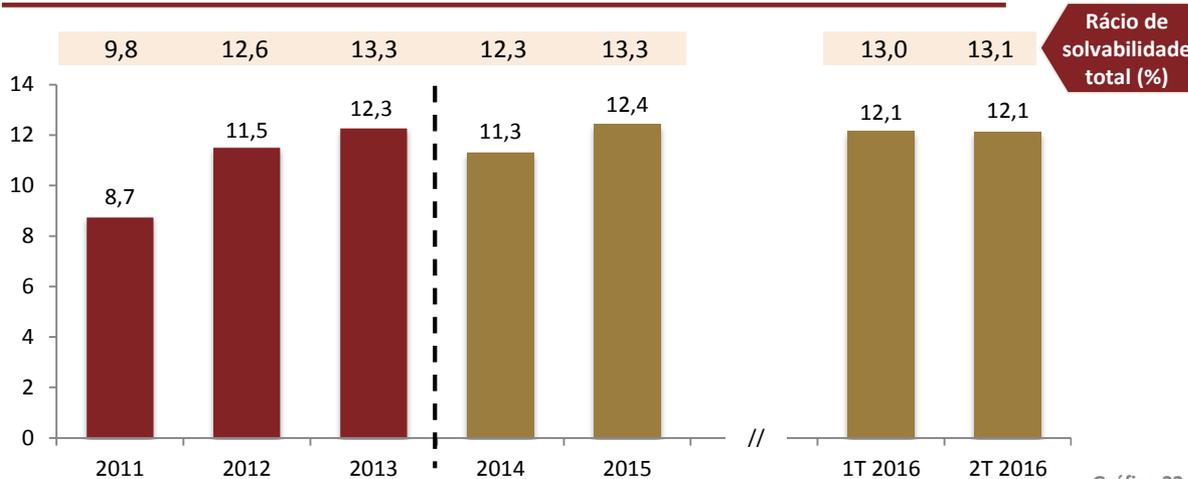


Gráfico 22

▪ O rácio entre o capital *Tier 1* e o ativo diminuiu ligeiramente no segundo trimestre de 2016, acumulando uma queda de 0,4 p.p. relativamente ao quarto trimestre de 2015, o que é explicado pela redução do capital.

▪ O rácio CET 1 e o rácio de solvabilidade total permaneceram praticamente inalterados em relação ao primeiro trimestre de 2016.

Nota: A transição para um novo regime prudencial em 2014 determinou a ocorrência de quebras de estrutura dos indicadores de solvabilidade, justificadas por diferenças metodológicas no cálculo das componentes de fundos próprios, afetando a comparabilidade dos rácios relativamente a anos anteriores.



As medidas recentes com impacto sobre o sistema bancário estão disponíveis em:

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstabilidadeFinanceira/Legislacaoenormas/Paginas/Legislacaoenormas.aspx>

Sistema Bancário Português

Desenvolvimentos Recentes – 2.º trimestre de 2016



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA